

RUI BARBOSA, PENSADOR DA EDUCAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DE UM MITO

Luciano Mendes de Faria Filho – UFMG

Agência(s) Financiadora(s): CNPq/FAPEMIG

Não há, na história da educação no Brasil, obra mais famosa que os dois Pareceres apresentados por Rui Barbosa à Câmara dos Deputados do Império. Muito mais citados do que lidos, como costuma acontecer a certos trabalhos célebres, seja porque os conceitos gerais, já pacíficos, dispensam leitura, seja porque se tornam um pouco de difícil acesso.¹

A presença e mobilização de Rui Barbosa no pensamento social brasileiro da segunda metade do século XX são amplamente demonstradas pelas pesquisas sobre o jurista baiano. Levantamentos realizados pelas pesquisadoras Rejane M. Moreira de A. Magalhães e Laura do Carmo, da Fundação Casa de Rui Barbosa, trazem uma grande relação de títulos sobre Rui Barbosa publicados nos mais diversos veículos e nas mais diversas áreas, demonstrando a atualidade do interesse pelo patrono da instituição.² Ao lado disso, a própria Fundação continua publicando vários trabalhos sobre Rui Barbosa, muitos deles trazendo as controvérsias antigas ou atuais na interpretação de seu pensamento e de seu lugar na tradição política e intelectual brasileira.³

No levantamento bibliográfico acima citado, é curioso que, no que se refere aos estudos acadêmicos, a área de educação seja a responsável por quase a metade da produção localizada. Apesar de as autoras avisarem que não se

¹ Francisco Venâncio Filho. Os pareceres de Rui Barbosa. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v.3, n. 26, abr. 1943, p.106.

² Rejane M. Moreira de A. Magalhães; Laura do Carmo. *Bibliografia sobre Rui Barbosa*. Rio de Janeiro:Fundação Casa de Rui Barbosa, 2007, 92p.

³ Bolívar Lamounier. *Rui Barbosa*. Rio de Janeiro:FCRB/Nova Fronteira, 1999; Isabel Lustosa et all. *Estudos históricos sobre Rui Barbosa*. Rio de Janeiro:Fundação Casa de Rui Barbosa: 2000; Margarida Maria Lacombe Camargo (org.) *A atualidade de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro:FCRB, . 2001. 188 p.

trata de um levantamento exaustivo, esse dado é revelador da importância adquirida pelo *legado* do jurista baiano no campo da educação.⁴

Há que se observar que, tanto para a Fundação Casa de Rui Barbosa quanto para os pesquisadores que se ocupam do tema, além das próprias obras de Rui Barbosa mobilizadas nos estudos⁵, um dos livros que mais se destaca no tratamento do tema é o de Lourenço Filho, *A pedagogia de Rui Barbosa*. Sua primeira edição, sob os auspícios da Casa de Rui Barbosa, é de 1954, mas praticamente todo ele relacionado às intervenções do autor nos debates travados por ocasião da edição dos primeiros livros sobre as Obras Completas de Rui Barbosa na década anterior.

Dada a importância das obras completas para a recepção do pensamento ruiano na segunda metade do século XX, este texto pretende analisar a forma como dois intelectuais da educação brasileira – Thiers Martins Moreira⁶ e Lourenço Filho – se apropriaram da obra de Rui Barbosa, produzindo-a como documento-monumento que demonstra, ao mesmo tempo, a genialidade do autor e seu protagonismo na introdução da pedagogia moderna no Brasil. O

⁴ Dentre os trabalhos publicados, na área de educação, sobre o pensamento de Rui Barbosa, na última década, eu gostaria de ressaltar dois, tanto pela profundidade de suas análises quanto pela circulação de ambos entre os pesquisadores: V. T. VALDEMARIN. *O liberalismo demiurgo*. São Paulo: Cultura Acadêmica/GEICD, 2000. 158p; M. C. G. MACHADO. *Rui Barbosa - Pensamento e ação*. 1. ed. Campinas/Rio de Janeiro: Autores Associados/Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002. v. 1. 185p. .

⁵ É importante salientar que praticamente todas as obras de Rui Barbosa citadas nas pesquisas realizadas na segunda metade do século XX são aquelas publicadas dentro da Coleção Obras Completas de Rui Barbosa publicada pela Casa de Rui Barbosa a partir de 1942. Ou seja, praticamente não se faz referência aos textos originais publicados no século XIX, o que nos dá uma dimensão da importância do empreendimento da Obras Completas para a disponibilização dos textos do jurista baiano não apenas para um público mais geral, mas também para o público acadêmico.

⁶ **Thiers Martins Moreira** – Nasceu em Campos/RJ no dia 16 de dezembro de 1904; faleceu no Rio de Janeiro no dia 19 de maio de 1970. Filho de Antônio Moreira da Silva e de Teresa Martins Moreira. Bacharel pela Faculdade Nacional de Direito, diplomou-se também em letras neolatinas pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Participou da Ação Integralista Brasileira/AIB quando esta foi organizada no Rio de Janeiro em 1932. Em agosto de 1933 viajou com Plínio Salgado, apoiando a campanha que o movimento realizou no Nordeste do país. Trabalhou como advogado e professor secundário; foi catedrático de literatura portuguesa e professor de direito administrativo da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, além de professor de estudos brasileiros da Universidade de Lisboa. Dirigiu também o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa e o Serviço Nacional de Teatro/SNT, ambos no Rio de Janeiro, e foi sócio do instituto de Coimbra. Durante o Estado Novo (1937-1945), fundou em 1938 — estando já extinta a AIB — a revista *Educação e Administração Escolar*, que dirigiu desde então até 1941. Em 1960 tornou-se adido cultural à embaixada do Brasil em Portugal, organizando então o Instituto de Cultura Brasileira na Universidade de Lisboa. Exerceu essa função até 1962.

que nos interessa, por um lado, é perguntar se a obra de Rui Barbosa teria funcionado como um *repertório* que traduziria a moderna pedagogia e, ademais, a forma como tal repertório teria sido mobilizado pelos intelectuais da educação nas disputas pelo poder de atribuir e estabilizar sentidos para a “moderna pedagogia” no Brasil. Por outro, interessa-nos indagar até que ponto foram estes sujeitos, suas disputas e deslocamentos – tanto em termos espaciais quanto teóricos e políticos – contribuíram para construir os textos de Rui Barbosa dedicados à educação como documento-monumento da história e da memória da educação brasileira e, deste modo, de entronizar o seu autor com um grande “pedagogo” brasileiro.

Os caminhos da pesquisa

A proposta inicial da pesquisa era analisar pelo menos uma obra de cada um dos principais intelectuais da educação brasileira, publicadas entre 1906, data de edição da 2ª edição do livro *A educação brasileira*, de José Veríssimo, e 1954, data da publicação da 1ª Edição do livro *A pedagogia de Rui Barbosa*, de Lourenço Filho. Realizamos uma leitura preliminar da forma como três grandes “pensadores da educação” – José Veríssimo, Lourenço Filho e Fernando Azevedo – mobilizaram os textos de Rui Barbosa em suas produções sobre educação brasileira ao longo da primeira metade do século XX. Posteriormente, ampliamos as leituras para mais de uma dezena de autores de livros sobre educação no período estudado.

Surpreendeu-nos o fato de que as apropriações do pensamento de Rui Barbosa apareciam nas obras analisadas de uma forma muito rarefeita, não figurando jurista baiano como uma referência importante para se pensar, sistematicamente, a educação no Brasil. Seja de forma elogiosa, seja de forma negativa, via de regra, havia, quando muito, uma breve referência aos pareceres sobre as reformas da instrução pública apresentados por Rui Barbosa à Câmara dos Deputados, em 1882, como Relator da Comissão de Instrução.

Isto, evidentemente, levou-nos a indagar em que momento teria havido esta mudança do lugar ocupado pelo político baiano a ponto de vir a se constituir em objeto de um número significativo de pesquisas no campo da educação as quais, de forma reiterada, davam como certa a existência de um pensamento sistemática de Rui Barbosa sobre a educação e, desse modo, buscavam compreendê-lo.

Tínhamos a hipótese de que o livro de Lourenço Filho havia cumprido um importante papel nessa reconfiguração da presença de Rui Barbosa na história da educação brasileira e, por isso, começamos a indagar sobre as condições de produção dos textos que, reunidos no livro, tiveram (têm) uma longa e exitosa trajetória editorial no Brasil. Os textos do livro nos lançaram no coração de um dos mais importantes projetos político-editoriais elaborados e empreendidos no Brasil nas décadas de 30 e 40 do século XX sob os auspícios do Ministério da Educação e Saúde do Estado Novo. Trata-se do projeto de publicação das obras completas de Rui Barbosa desenvolvido pela Casa de Rui Barbosa sob a direção de Américo Jacobina Lacombe.

Com o aprofundamento da pesquisa, sobretudo nos Arquivos da Fundação Casa de Rui Barbosa, na Biblioteca Nacional e na rede mundial de computadores, vimos que o diagnóstico que indicava um esquecimento de Rui Barbosa entre a intelectualidade ou entre os estudantes brasileiros naquele momento, era compartilhado por várias pessoas que se dedicavam ao estudo do pensamento do eminente baiano. Assim, havia uma reclamação contínua, ora de que Rui Barbosa fora esquecido, ora que era um desconhecido⁷ e ora, pior ainda, que era combatido e detratado pelos opositores a suas ideias. Foi, pois, contra o esquecimento e o desconhecimento e, sobretudo a favor da constituição do *legado* ruiano como um *monumento* da cultura brasileira que se empreendeu todo um esforço, a partir do final daquela década, para a estruturação da Casa e publicação das obras completas de Rui Barbosa.

⁷ Em 1942, Candido Motta Filho publicou um livro intitulado *Rui Barbosa, esse desconhecido...*(São Paulo:E.G. Revista dos Tribunais, 44p.) em que reclamava: “É nova geração que o desconhece. Mas pela sensibilidade própria de uma época tempestuosa ira forçosamente compreendê-lo. Rui Barbosa é um desconhecido, figura que não fico até agora bem localizada: - às vezes lembrado por algum naufrago perdido do velho regime, às vezes citado pelos cautelosos e intransigentes defensores da linguagem gramatical.” (p.14)

Os agenciamentos que tornaram possível colocar de pé o empreendimento de publicação das obras completas de Rui Barbosa reforçaram e/ou deram ensejo a um verdadeiro *revival* de Rui Barbosa e a uma série de lutas em torno das maneiras autorizadas e legítimas de interpretar o seu pensamento nos diversos campos em que atuava. Tal revigoramento⁸ da presença de Rui Barbosa na cena política, cultural, intelectual e editorial brasileira, seja pela transformação da casa onde morara a família Barbosa num monumento cultural brasileiro, seja pela publicação de um número significativo de biografias, seja, ainda, pela realização de palestras, conferências e da publicação de suas obras, se dava, também, no interior da política cultural do Estado Novo, encabeçada sobretudo por seu Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, e levada a cabo por um grupo de importantes intelectuais por ele mobilizado.

Como que espelhando o que ocorria no âmbito mais geral do MES e nas ações de seu superior imediato, Gustavo Capanema, o diretor da Casa de Rui Barbosa⁹ vai, também, mobilizar um expressivo grupo de intelectuais e políticos para levar a cabo o projeto político-editorial de publicação das obras completas. Tais intelectuais e políticos, recrutados de tendências teóricas e políticas e participando de redes de sociabilidades políticas, afetivas e intelectuais as mais diversas, atuaram conjuntamente na produção e divulgação do *legado* ruiano como um monumento cultural brasileiro. Obedecendo a dispositivos emanados do Ministro da Educação e de uma Comissão Organizadora da Publicação das Obras Completas de Rui Barbosa¹⁰, por ele nomeada, e coordenados pelo diretor da Casa, Américo Lacombe, foram convidados a atuar na produção de prefácios e na realização da revisão dos tomos das obras completas e, quando necessário, na interposição de notas necessárias ao entendimento do texto pelo leitor.

⁸ Wilson Martins, no volume VII de sua *História da Inteligência Brasileira* (São Paulo: Cutrix/EDUSP, 1978), vai chamar este fenômeno de *A vingança de Rui Barbosa*, dizendo: “Assim, execrado, ridicularizado, vilipendiado e proscrito durante o período modernista que acabava de findar, seja como figura paradigmática do liberalismo político, seja como grão-sacerdote do purismo gramatical, Rui Barbosa reemerge em nossa vida política e intelectual mais vitorioso do que nunca.” (p.235)

⁹ De agora em diante, e ao longo de todo o texto, sempre que aparecer Casa estamos nos referindo à instituição Casa de Rui Barbosa.

¹⁰ Essa comissão foi composta, inicialmente, pelo próprio Jacobina Lacombe, por Thiers Moreira e por Sérgio Buarque de Holanda.

A instrução pública nos prefácios das Obras Completas

No projeto político editorial das obras completas, os prefácios e os prefaciadores ocupavam uma posição central, pois deveriam atuar como mediadores e atualizadores dos textos de Rui Barbosa para o público alvo da coleção. Assim, vários prefácios aos tomos das obras completas de Rui Barbosa, elaborados e/ou publicados nos anos 40, abordaram, direta ou indiretamente, a importância da educação para Rui Barbosa.

José Vieira, chefe de expediente do Palácio do Catete e ex-colega de Primitivo Moacyr na Câmara dos Deputados, convidado para prefaciar o tomo II do volume IX das obras completas, referente aos discursos parlamentares, mas também a um discurso em homenagem ao Marques de Pombal e outro sobre o Ensino Técnico, aborda o tema da instrução.

Para ele, o tempo em que Rui proferiu estes discursos “era a época e a geração dos jornalistas, dos oradores, dos políticos que se instruíam, buscando entre os povos mais adiantados, com as idéias, melhorias a serem transplantadas para o Brasil caracente de tudo.”¹¹ Com essa perspectiva, ao sintetizar o discurso de Rui sobre o Marquez de Pombal, como outros de seu tempo, ele aproveita para mostrar que em Rui, o grande reformador brasileiro, situado um século depois de Pombal, a defesa da melhoria do sistema de ensino estava ligada, também, à defesa da abolição da escravidão.

Do mesmo modo, Luis Viana Filho, biógrafo de Rui, chamava a atenção para a importância da instrução no pensamento ruiano ao prefaciar o tomo I do volume VIII das obras completas, referentes aos trabalhos diversos executados por Rui no ano de 1881. Assim, bem ao espírito daquilo que Lacombe requeria aos prefaciadores, ele diz que “a fim de orientar o leitor, não vai mal que, antes de examinarmos os trabalhos ora editados (...) digamos alguma coisa sobre o modo por que lhe correu a vida nesse ano tão cheio de atribulações e sofrimentos”.¹² Segundo ele, neste ano, na *Circular aos eleitores* Rui “aborda

¹¹ José Vieira. *Prefácio às Obras Completas de Rui Barbosa*. v. IX, t. II, 1948, p.XVI.

¹² Luis Viana Filho. *Prefácio às Obras Completas de Rui Barbosa*. v. VIII, t. I, 1957, p. IX.

o problema da instrução em todos os seus graus”, também na relação com as outras reformas pretendidas pelo político baiano.

Porém, no campo da educação, são os prefácios aos tomos das obras completas dedicados aos pareceres relativos aos tomos das reformas do ensino, e os textos que eles diretamente provocaram, os primeiros trabalhos sistemáticos sobre o legado de Rui Barbosa para a pedagogia e a educação brasileiras. Neles, não por acaso, como veremos, os autores, mesmo quando reiteram representações já consagradas sobre a “obra” educacional do jurista baiano, buscam se descolar, seja pelo aprofundamento, seja pelo deslocamento, destas mesmas representações. Por isto, os prefácios e demais textos analisados neste capítulo representam, de uma certa forma, um discurso fundador de uma nova interpretação do legado ruiano, tornando sua análise mais densa. A partir deles, o chamado “legado” de Rui Barbosa para a educação brasileira jamais será visto da mesma forma. É deles, portanto, que passamos a nos ocupar a seguir.

O prefácio de Thiers Martins Moreira para os *Pareceres sobre Ensino Secundário e Superior* (1940/1942)

“Editam-se agora em livro, pela primeira vez, os pareceres de Rui Barbosa sobre instrução pública apresentados á Câmara do Império”. Assim se inicia o prefácio do primeiro tomo das obras completas de Rui Barbosa, em 1942.¹³ Trata-se, como já se sabe, do tomo dedicado aos pareceres acerca da reforma dos ensinos secundário e superior apresentadas à Câmara do Império em 1882. O momento não poderia ser mais oportuno: envolvido ainda na organização da Universidade do Brasil, o Ministério da Educação estava, também, em meio à reforma do ensino secundário. Isso fazia com que o assunto enfocado pelo parecer estivesse presente nas discussões educacionais e nas rodas intelectuais naquele momento. Além disso, segundo Lacombe, a publicação do decreto que disciplinava a forma de edição das

¹³ Thiers Martins Moreira. *Prefácio às Obras Completas de Rui Barbosa*. v. IX, t. I, 1842.p.IX.

obras “provocou um grande interesse em torno do assunto”, criando uma expectativa quanto ao aparecimento dos primeiros tomos.

Segundo o prefaciador, as causas parlamentares que levaram Rui a elaborar os pareceres “bem depressa se apagaram da memória de todos para dar lugar à lembrança, um pouco sem contornos, de um parecer de Rui Barbosa sobre instrução pública no qual, taumaturgicamente, se achavam expostos e indicados os caminhos para todas as soluções da educação nacional.” Isso, aliás, teria ocorrido, segundo Thiers Moreira, com outros trabalhos de Rui Barbosa, aos quais foram atribuídas “virtudes de sabedoria a que talvez nunca ambicionara seu próprio autor”.¹⁴

Para Thiers Moreira três fatores teriam concorrido para a instalação de uma lembrança um tanto quanto difusa, e heróica, sobre os pareceres na tradição político-pedagógica brasileira. Em primeiro lugar, seria preciso considerar “a maneira pela qual Rui Barbosa encarou ali as questões de ensino, usando de uma cultura especializada e técnica até então desconhecida entre nós.” Em segundo lugar, estaria “a opulência bibliográfica, aquele luxo de sempre na literatura dos temas que versava e que, invariavelmente, provocava em seus contemporâneos, admiradores ou não, um sentimento desproporcionado, ora em relação ao próprio objeto do trabalho, ora no confronto com o modo por que outros nome tratavam, ao seu tempo, de igual matéria”. Finalmente, não pode deixar de ser considerada, “a forma, rica, farta, abundante, um certo barroquismo verbal que lhe emprestava aos escritos, ainda os mais humildes, uma força tumultuária, uma arquitetura sempre monumental.”¹⁵

Seriam destes fatores que viriam um “sentimento de grandeza”, avolumado na “glória popular”. Mas, dizia o prefaciador, “ainda hoje, quando a inteligência recompôs o equilíbrio da sua postura” as obras de Rui não continuariam a mobilizar as paixões? Se os tempos autorizam críticas às vezes injustas ao patrono da Casa, e “se é possível negá-lo, será impossível esquecê-lo. Creio até perigoso o ler com o propósito de negá-lo...”, vaticinava.¹⁶

¹⁴ Thiers Martins Moreira... op. cit., p.IX.

¹⁵ Thiers Martins Moreira... op. cit., p.IX-X

¹⁶ Thiers Martins Moreira... op. cit., p.X

Submetendo o texto de Rui à crítica a partir da especialização própria ao prefaciador, ou seja, nos domínios da linguagem, Thiers Moreira chama a atenção para o fato de que a fascinação dos textos ruianos junto a seus contemporâneos devia-se, também, à forma como eles estão construídos. “Amando o livro, a ciência mais recente que conhece pela revista que lhe acaba de dar curso”, Rui conseguia organizar e exprimir suas idéias – domínio em que sua inteligência, por excelência, se situava bem – por meio da “linguagem apaixonada do momento”.¹⁷

Essa “agitação reformista” dos anos de 1880, marcados por intensas discussões, elaboração de projetos de leis e, mesmo, pela realização de conferências e congressos de instrução, teria mobilizado, segundo o prefaciador, “um poder semelhante, ou talvez maior, ao que, há coisa de doze anos, se faz sentir com a introdução da chamada escola-nova entre nós”.¹⁸ Essa comparação é aprofundada em nota de rodapé em que o Thiers afirma:

Também como no Império, o que se quer é reformar os métodos, a estrutura mesma da escola e dar-lhe uma filosofia nova. O ensino intuitivo, como processo metodológico, a ciência e sua filosofia como objetivos, substituem-se pelo ensino ativo e a escola social. Aos passos de Herbart, com seu intelectualismo psicológico, opõe-se a educação funcional com sua compreensão “unitária” da alma infantil, como às ciências naturais iam opor-se a ciência da sociedade e sua filosofia. Vistos, todavia, do círculo mais largo das evoluções não é senão, nas bases científicas e nos propósitos filosóficos, o desenvolvimento histórico do outro que, no Brasil, teve e terá Rui Barbosa como principal representante, e a quem, de certo modo, se há de considerar um precursor.¹⁹

Ao estabelecer a continuidade entre Rui Barbosa e a escola nova, Thiers Moreira, está, também, estabelecendo uma outra chave de leitura para o legado ruiano à história da educação brasileira, chave esta que se diferencia do texto de Lourenço Filho sobre estes mesmos pareceres, conforme veremos.

¹⁷ Thiers Martins Moreira... op. cit., p.XI

¹⁸ Thiers Martins Moreira... op. cit., p.XV.

¹⁹ Thiers Martins Moreira... op. cit., p. XV, nota 11.

É difícil, inclusive, não ler aqui uma crítica à *Introdução ao estudo da escola nova*, que nem ao menos citava Rui. Mas, é óbvio, ao mesmo tempo, que não se pode deixar de perceber na leitura de Thiers, a atuação e atualização das formas como intelectuais católicos caracterizavam os elementos fundamentais de uma luta que ainda estava ocorrendo sobre as bases fundamentais em que se assentavam, ou deveriam assentar, as inovações educacionais do período. Assim, o prefácio é, também, a utilização de um morto para estabelecer o diálogo entre os vivos.²⁰

Uma vez apresentado o parecer objeto de sua análise, o prefaciador, numa clara alusão às lutas que se travam em torno do assunto no momento em que escreve, faz uma advertência “aos que estejam agora tomados da paixão deste século, em oposição às do outro”, de que a bibliografia mobilizada por Rui, e que, às vezes, o leva a cometer equívocos, já tem mais de 60 anos “e que têm por objeto exatamente o mundo das idéias que dali para cá mais foi debatido de correntes novas de filosofia, de política, de psicologia. São trabalhos do fim do século XIX, com raízes fundamente embebidas nos preconceitos dele.”²¹

Para mostrar a não atualidade dos pareceres sob certos aspectos, Thiers Moreira chama a atenção para o modo inadequado, considerada a discussão no início dos anos 40, com que certos temas são tratados nos pareceres, e não apenas no parecer sobre ensino secundário e superior. Toma dois exemplos, “dentre centenas que se oferecem”. O primeiro é o ensino intuitivo como método. Este, afirma o prefaciador, “como processo de disciplinamento escolar na elaboração do conhecimento infantil, e da formação psicológica e moral da criança, acha-se hoje abandonado ou talvez negado pela nova metodologia e pela nova pedagogia, uma e outra anti-intelectualistas”. O segundo exemplo, é o “enciclopedismo científico, didaticamente dosado para efeitos escolares, e as ciências erigidas em objeto principal, quase exclusivo, dos estudos em qualquer grau da formação do conhecimento, não são hoje

²⁰ Michel De Certeau. *A escrita da história*. Rio de Janeiro:Forense Universitária, 1982

²¹ Thiers Martins Moreira... op. cit., p. XX.

considerados senão como uma etapa histórica das crises que, ciclicamente, sofre a inteligência.”²²

Vê-se, pois, que Thiers Moreira efetua um duplo e significativo movimento: primeiro, estabelece que o método intuitivo e a formação científica é um dos elementos que fazem dos pareceres uma espécie de precursor da escola nova tal como propugnava intelectuais como Fernando Azevedo e Lourenço Filho. Em seguida, afirma que estes dois elementos, “escolhidos” dentre muitos possíveis, estavam a demonstrar a não atualidade dos mesmos pareceres. Neste duplo movimento, combatia as interpretações do movimento escolanovista que lhe eram adversárias e, ao mesmo tempo, demonstrava não ter, para com o legado ruiano uma relação de reverência sem crítica.

Lourenço Filho por *dentro* dos pareceres (1943)

Tendo aparecido o primeiro volume das Obras Completas em dezembro de 1942, imediatamente, Lourenço Filho, então diretor do INEP, é convidado pela Associação Brasileira de Educação, presidida por Francisco Venâncio Filho, para proferir uma conferência em saudação a tão auspicioso acontecimento. A conferência ocorre, muito simbolicamente, na Casa de Rui Barbosa no dia 18 de fevereiro de 1943.²³ O texto de Lourenço Filho, relativo a esta conferência, foi publicado no final do ano seguinte na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*²⁴ e, logo em seguida, na *Revista da Academia Paulista de Letras*²⁵. Somente em 1945 o texto aparecerá no segundo volume da série *Conferências*, das Publicações da Casa de Rui Barbosa, sendo dela publicada uma separata ainda no mesmo ano. O título dado à conferência e ao texto publicado nas diversas ocasiões é o mesmo, inclusive no que se refere às aspas: *À margem dos “pareceres” de Rui sobre o ensino*. A versão que aqui vamos analisar é aquela que aparece nas *Conferências II* da Casa Rui Barbosa em 1945.

²² Thiers Martins Moreira... op. cit., p. XXI.

²³ Nas atas das reuniões do Conselho Diretor da ABE relativas ao segundo semestre de 1942 e às primeiras reuniões de 1943, não encontramos nenhuma referência a esta conferência.

²⁴ v 2, n. 5, p.183-205, nov. 1944.

O texto iniciava lembrando que o decreto-lei de setembro de 1941 determinava a publicação das obras completas e que “não retardou o Ministério a execução da enorme tarefa” pois, “em dezembro do ano seguinte, concluiu a Imprensa Nacional a impressão do primeiro tomo, o qual, desde logo se diga, faz honra à direção desta casa, a que se confiou a publicação”, para, em seguida, tecer elogios à edição, “quer pelo aspecto gráfico, tão nobre; quer pela revisão tão desvelada; quer ainda pelo substancioso prefácio, de autoria do Prof. Thiers Moreira”, prenunciando o que “deverá ser uma opulenta coleção”.²⁶

Informa, ainda, o conferencista a seus ouvintes e leitores que o tomo corresponde aos trabalhos relativos a 1882, tratando projeto apresentado à Câmara dos Deputados por Rui Barbosa, relator da Comissão de Instrução Pública. E pergunta:

E por que havia de começar a publicação por aí? ... Intenção deliberada ou acaso feliz?... De um ou de outro modo, a força simbólica do conteúdo não pode ser esquecida. Nos pareceres sobre o ensino, Rui haveria de revelar, de modo acabado, e talvez mais do que em qualquer outra parcela de igual dimensão, em toda sua obra, a crença que nutria no valor da cultura; e, por isso mesmo, a compreensão do processo social pela divulgação da ciência, das artes e das técnicas modernas de produção; e, por isso, também, da aspiração de uma pátria agigantada pela educação ao serviço do povo.”²⁷

Assim, ao mesmo tempo em que parece duvidar de que a escolha de começar a edição das obras completas pelo parecer sobre o ensino secundário e superior tenha sido ao acaso, Lourenço Filho estabelece uma importante chave de leitura da obra ruiana, a educação, por meio da qual poder-se-ia aquilatar o restante da obra e do pensamento do grande brasileiro. Por isto, não deixa o conferencista de dizer que:

Representam eles, antes de tudo, magistral tratado de pedagogia, das obras de conjunto mais amplas, mais documentadas, mais completas do gênero, que, ao tempo, e em qualquer idioma, se tenham escrito;

²⁵ v. 7. n.28, p. 71-88, dez. 1944.

²⁶ M. b. Lourenço Filho. A margem dos “pareceres” de Rui sobre o ensino. *Conferências II*. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 69-96, 1945.

corporificam todo um plano político, de fomento da economia, de fundamentação da ordem interna e de segurança externa pela obra da escola. Contém, e não haverá de negá-lo, dos mais belos exemplos de linguagem (...). E em tudo isto (...) os pareceres representam algo ainda de mais valioso (...) [que] é a profunda fé no valor do espírito humano; na capacidade de engenho de cada homem em criar, experimentar e corrigir; no exercício da liberdade a que essa criação e experimentação, sempre renovadas, possam conduzir.²⁸

Afirmando que, como tratado de ensino, plano político ou exemplar da boa linguagem os pareceres “podem valer menos hoje que ontem”, Lourenço Filho lembra, também, que neles há muito de perene, sobretudo “seu amplo sentido filosófico”, reagindo contra a afirmação de Capistrano de Abreu de que Rui não teria “cultura filosófica”. Não “teria sido possível a Rui, como a qualquer, erigir todo um sistema pedagógico coerente – e ele existe nos pareceres, como haveremos de mostrar – sem que lhe trabalhasse o espírito toda uma acabada concepção filosófica”, afirma Lourenço Filho.²⁹

Seria precisamente este “sentido da obra pedagógica de Rui que, no plano de publicação, como volume inicial, dá valor simbólico à reedição”, e, por isso mesmo, a Associação Brasileira de Educação “quis saudar o aparecimento do primeiro tomo das obras completas, pedindo-nos que trouxéssemos a calorosa mensagem de aplausos “ao Presidente G. Vargas e Ministro Gustavo Capanema, “a quem o país fica a dever mais este grande serviço no sentido da preservação e da divulgação do patrimônio cultural brasileiro”.³⁰

Não faltava a Rui, afirma Lourenço Filho “a observação do movimento da vida internacional e, ainda, não lhe escapava também a importância que o desenvolvimento da instrução pública vinha assumindo nos países da Europa e da América”. Assim, além da influência paterna, da experiência pessoal, “juntava-se agora a compreensão dos acontecimentos na vida e na prosperidade das nações”. E, “dando unidade e forma a essas influências, outra, mais geral, porque de ordem filosófica, a tudo presidia. Era a

²⁷ Lourenço Filho... op. cit., p.71-2.

²⁸ Lourenço Filho... op. cit., p.72.

²⁹ Lourenço Filho... op. cit., p.72-3.

compreensão do relevante papel que a ciência e a técnica haveriam de assumir na vida futuro de todos os povos”. E citando Rui, sentenciava: “O Estado (...) tem deveres para com a ciência. Cabe-lhe na propagação dela, um papel de primeira ordem; já porque, do desenvolvimento da ciência depende o futuro da Nação”.³¹

Percebe-se, aqui, um outro modo de conceber a questão do ensino das ciências na obras de Rui, muito diferente daquele anunciado por Thiers Moreira em seu prefácio ao livro que é objeto da saudação de Lourenço Filho. Longe de significarem, como dizia aquele, o resultado das “crises que, ciclicamente, sofre a inteligência”, a defesa da centralidade do ensino das ciências na obra de Rui decorreria de uma razão filosófica fundante de sua compreensão do mundo social. Ou seja, seria um dos traços perenes, e atuais, do pensamento ruiano.

Sob o título *Apenas pareceres?*, Lourenço Filho vai expor a razão das aspas no título do texto. “Certo é, porém, que eles excedem do plano comum de tais documentos”, afirma. E completa, “os relatórios de Rui, tudo é diverso: a vastidão, com que os assuntos são encarados; a documentação, referente à educação no país e fora dele; a argumentação sempre perfeita; a exposição de números, opiniões, resultados de recentes congressos, não raro a história de cada instituição escolar”.³²

A monumentalidade dos pareceres transparece na análise de Lourenço Filho, não apenas porque deles o conferencista teria retirado, sem maiores esforços, nada menos que 275 fichas “sobre igual número de assuntos”, mas também neles se encontrava desde uma “conceituação geral de educação; os seus princípios normativos, ou filosofia pedagógica” até a discriminação das disciplinas a serem ensinadas e as instituições a serem criadas, estabelecendo assim, um verdadeiro “plano nacional de educação” e a criação de um ministério próprio para executá-lo.³³

Ao submeter à análise *os diferentes aspectos da obra*, título da quinta parte de sua conferência, Lourenço Filho esclarece que seria necessário analisar os

³⁰ Lourenço Filho... op. cit., p.73.

³¹ Lourenço Filho... op. cit., p.77.

³² Lourenço Filho... op. cit., p.83;84.

pareceres em seus diversos aspectos, quais sejam, no domínio dos “estudos pedagógicos; o de uma filosofia da educação, o de uma política da educação, o dos planos de organização escolar, o da técnica mesma do ensino, o da educação comparada, o dos estudos da estatística escolar”. Ou seja, há neles espaço para análise das políticas, das didáticas, da educação comparada, da organização escolar etc.³⁴

Nos pareceres, segundo Lourenço Filho, “a intenção política, ou de reforma social, parece-nos a dominante. A educação é apresentada como instrumento para os grandes planos de revigoração das instituições liberais”, o que teria evitado que Rui propusesse um “receituário de expedientes isolados”, propondo um verdadeiro “sistema nacional de ensino”.³⁵ Do mesmo modo, a perspectiva de educação comparada que subsistiria nos pareceres, permitiria Rui abastecer-se de argumentos, dados e experiências de outros países. Tudo isto, no entanto, seria articulado pela “existência de uma filosofia nos pareceres”. Esta filosofia, anunciada nos fins da educação, é, inicialmente tomada de empréstimo a Spencer, mas se vê enriquecida na perspectiva ruiana.

Rui, ao mesmo tempo que propugna o estudo do meio social onde “opera a escola”, “quer que se estude biologia e psicologia da criança”, realizando um fundamentação científica do plano e dos métodos de estudo. Segundo escreve Lourenço Filho, “a técnica de ensino, segunda a ciência da época, era dos processos intuitivos. A didática de Rui, tal como ele a expressa mais constantemente, é a intuição, sugerida por Comenius, praticada por Pestalozzi e por Froebel, sistematizada, enfim, por Herbart”. No entanto, dizia Lourenço Filho, “Rui vai mais longe que os criadores e sistematizadores do ensino intuitivo.”³⁶ Assim, Rui não apenas preconiza, e antecipa, aquilo que seria o “método ativo”, mas também expressaria isso utilizando expressões “hoje consagradas”, como *self-activity* e, após uma citação dos pareceres sobre o papel do mestre junto ao aluno, pergunta: “Que é isto, senão a educação ativa dos nossos dias?...”

³³ Lourenço Filho... op. cit., p.84-5.

³⁴ Lourenço Filho... op. cit., p.86.

³⁵ Lourenço Filho... op. cit., p.86; 87.

³⁶ Lourenço Filho... op. cit., p. 88-9.

Para não deixar dúvida quanto ao seu modo de ler os pareceres, acrescentava:

Em resumo: a pedagogia, expressa nos pareceres, é precursora do ativismo; a filosofia em que se apóia, a do evolucionismo. Não será demais dizer, talvez (eis aqui um tema para os estudiosos de Rui) que, na obra de 82, ele se apresenta como precursor do pragmatismo. Essa tendência não desenvolvida, é certo, em trabalhos posteriores, marca, porém, o pensamento de muitas páginas dos pareceres.

Eis, aí, porque, devia pensar Lourenço Filho naquele momento, para um católico como Thiers Moreira, participando das disputas sobre o que se deve chamar de legítimas inovações educacionais dos anos de 20 e 30, não poderia acolher de bom grado o legado da pedagogia ruiana: em tudo, ou em quase tudo, ele se distancia daquilo que vinha sendo defendido pelos ativistas católicos naquele momento.

É justamente *A atualidade dos pareceres* que se intitula a sexta parte do texto da conferência. Salientando, de início, que “aos críticos de hoje, a obra imensa dos pareceres não poderá deixar de apresentar pontos deficientes na fundamentação de algumas idéias”, termina por perguntar: “Quantas obras pedagógicas (e, já não dizemos pareceres parlamentares) podem ser lidas depois desse prazo com a impressão de atualidade que muitas e muitas páginas ainda agora oferecem?...”³⁷

Para demonstrar, então, a atualidade da obra pedagógica de Rui, Lourenço Filho utiliza-se da estratégia de fazer comparações entre trechos dos pareceres de Rui Barbosa com trechos retirado de obras de consagrados autores do século XX ou, ainda, de políticos e intelectuais que ativamente participavam das políticas estadonovistas.³⁸ Assim, sobre método, a comparação é com William Kilpatrick em obra publicada em 1918³⁹; a crítica à escola tradicional, com Francisco Campos na exposição de motivos da reforma mineira de 1927; sobre a crítica à pedagogia intelectualista, com Adolfo Ferrière, em livro de 1920⁴⁰; sobre o ensino de desenho, com “um dos nossos

³⁷ Lourenço Filho... op. cit., p.90

³⁸ Lourenço Filho... op. cit., p.89ss

³⁹ William Kilpatrick. *The Project Method*. Nova York, 1918.

⁴⁰ Adolfo Ferrière. *A lei biogenética e a escola ativa*. São Paulo: Melhoramentos, 1929.

mais brilhantes educadores”, Fernando Azevedo, em livro de 1931⁴¹; sobre o acesso das classes pobres à escola, com Getúlio Vargas; sobre a necessidade da organização nacional do ensino, de novo com Getúlio Vargas; sobre a educação moral, com Gustavo Capanema na lei orgânica do ensino secundário. “Não é a mesma idéia, o mesmo plano, a 60 anos de distância?...”, pergunta o conferencista.⁴²

Para concluir é o título da última parte do texto e, nela, Lourenço Filho sintetiza que “depois destes exemplos – e muitos outros poderiam ser trazidos – não se porá dúvida a atualidade dos pareceres”, pois “já em filosofia, já em política, já em didática, o pensamento de Rui, na há como negá-lo, por muitos pontos, continua atual.”⁴³ Em comparação com o texto de Thiers Moreira, não há como não ver, aqui, a mesma tópica do discurso sendo acionada, só que para fundamentar posições opostas: enquanto o prefaciador do tomo comentado dizia que os dois exemplos escolhidos para demonstrar a não atualidade dos pareceres foram tomados “dentre centenas que se oferecem”, o conferencista afirmava que, além daqueles que trouxe, “muitos outros poderiam ser trazidos” para mostrar a atualidade dos mesmos pareceres.

É importante salientar, ainda, que esta intervenção de Lourenço Filho não é a única a respeito das obras completas. Como o demonstram os textos publicados que compõem o livro *A pedagogia de Rui Barbosa*, atualmente em sua 4ª edição, o próprio Lourenço Filho foi autor do prefácio de um dos tomos das Obras Completas: aquele que visava apresentar o livro *Lições de Coisas*, traduzido por Rui Barbosa, ao público leitor brasileiro dos anos de 1940.

Considerações finais:

Os textos de Lourenço Filho, seja pelas posições ocupadas pelo autor no campo educacional, seja pela importância simbólica das instituições que organizaram as Obras Completas e acolheram a conferência de celebração do lançamento de seu primeiro tomo, seja, ainda pela sua publicação em

⁴¹ Fernando Azevedo. *Novos caminhos e novos fins: a nova política de educação no Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1931.

⁴² Lourenço Filho... op. cit., p.92.

⁴³ Lourenço Filho... op. cit., p. 92-3.

importantes revistas e pela Casa Rui Barbosa e, já na década de 50, pelo aparecimento do livro *A pedagogia de Rui Barbosa*, ou mais certamente pelo conjunto dessas razões, tornaram-se um marco na leitura e interpretação de Rui Barbosa no campo educacional brasileiro.

Pelas razões apresentadas no texto, penso que podemos considerar que foram as atividades dos anos 40, sobretudo em torno da edição das *obras completas*, que lograram colocar o *legado* ruiano no centro de interesse de estudo de algumas áreas do conhecimento, das quais a educação, mas não só ela, é um exemplo cabal. Neste sentido, o legado deste período para os períodos vindouros é, também, a constituição de um Rui Barbosa como pensador sistemático, cuja produção, apesar de fragmentada e dispersa, obedeceria a certas coordenadas filosóficas.

Tais coordenadas, buscadas na tradição político-filosófica liberal encerrariam, a uma só vez, uma síntese entre o antigo e ao moderno, do humanismo e da técnica, da ciência e da cultura e, porque não, do Império e da República brasileiros. Lugar e personagem da síntese do pensamento ocidental e exemplar de nossa nacionalidade possível, Rui Barbosa estava, assim, pronto para ser assimilado tanto por uma intelectualidade ansiosa por responder às questões formuladas nas décadas anteriores: *o que é o Brasil?* e *o que somos nós, os brasileiros?*